

CAGED

Brasil cria 213 mil postos de trabalho em setembro

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que 213.002 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em setembro. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. O saldo é maior em relação a agosto, quando o país tinha criado 147.358 empregos. A criação de empregos caiu 15,6% em com-

paração a setembro do ano passado, pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia. No mesmo mês de 2024, tinham sido criados 252.237 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. Em relação aos meses de setembro (desde 2020), o total supera o de setembro de 2023, quando foram criadas 204.720 vagas. **PÁGINA 2**

A white Mercedes-Benz truck with a trailer is shown. A man with a beard, wearing a blue cap and a grey suit, is waving from the driver's window. The side of the truck features several logos and text: a water drop icon, a truck icon, 'CO2', a leaf icon, 'VEÍCULO MOVIDO COM BIOCOMBUSTÍVEL', 'Be8 BeVant', 'REALIZAÇÃO:', 'Be8', and a Mercedes-Benz logo. The trailer has 'FACCHINI' written in red, 'REALIZAÇÃO: FACCHINI' in black, and a large green logo. A yellow price tag 'R\$ 19.000' is visible on the trailer.

PÁGINA 5

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutiu, ontem, as possibilidades para incentivar a pesquisa e colocar os biocombustíveis na pauta exportadora brasileira. Ele esteve reunido com o CEO da Be8, Erasmo Carlos Battistella, e o presidente da Mercedes-Benz do Brasil e América Latina, Denis Güven, no Palácio do Planalto. Lula foi apresentado aos caminhões e ônibus da Rota Sustentável COP30, que são veículos que utilizam o biocombustível Be8 BeVant, que promete reduzir em até 99% as emissões.

sões de gases de efeito estufa em comparação ao diesel fóssil. O objetivo da rota é testar o novo biocombustível da Be8 nos veículos da Mercedes-Benz. Outros dois veículos com o diesel B15 (mistura de 15% de biodiesel no diesel) também estão rodando para comparação. Eles saíram de Passo Fundo (RS) no último dia 20 rumo a Belém (PA), onde ocorrerá a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), em novembro, uma viagem de cerca de 4 mil quilômetros. **PÁGINA 3**

SETEMBRO

Governo tem déficit primário de R\$ 14,5 bi

O aumento das despesas em nível maior que as receitas fez o déficit primário subir em setembro de 2025. No mês passado, o Governo Central - Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social - registrou resultado negativo de R\$ 14,5 bilhões, contra déficit primário de R\$ 5,2 bilhões em setembro de 2024. Isso significa um aumento real de 166,6%, já considerando a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período, informou o Tesouro Nacional, em seu relatório divulgado nesta quinta-feira. “Compa-

rado a setembro de 2024, o resultado primário observado decorreu da combinação de um aumento real de 0,6% (R\$ 1,1 bilhão) da receita líquida [após transferências a estados e municípios] e de um crescimento de 5,7% (R\$ 10,2 bilhões) das despesas totais”. O resultado de setembro passado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 6 bilhões. **PÁGINA 3**

INDICADORES																												
IBOVESPA 0,55% / 146.969,10 / 796,89 / Volume: 16.323.880.545 / Negócios: 2.945.538									Bolsas no mundo			Salário mínimo		R\$ 1.412,00		IGP-M		0,42% (set.)		EURO turismo								
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			%		Ufir-RJ		R\$ 4,5373		IPCA		0,48% (set.)		Compra: 6,3286		Venda: 6,5086				
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.																	
AMBP3	0,35	+34,62	+0,09	AMBP3	0,35	+34,62	+0,09	BIOM3	8,55	-8,36	-0,78	S&P 500	6.875,16	+1,23														
GOLL54	5,35	-0,19	-0,01	CEEB5	44,98	+28,51	+9,98	IFCM3	0,110	-8,33	-0,010	NASDAQ Composite	23.637,455	+1,86														
ABEV3	12,15	+0,33	+0,04	RCSL4	1,77	+10,62	+0,17	LUXM4	3,09	-8,31	-0,28	Nasdaq 100	25.821,545	+1,83														
USIM5	5,46	+10,53	+0,52	DASA3	1,57	+10,56	+0,15	GFSA3	6,78	-6,74	-0,49	Euronext 100	1.720,63	+0,35														
COGN3	3,45	-0,86	-0,03	USIM5	5,46	+10,53	+0,52	CTAX3	1,130	-6,61	-0,080	CAC 40	8.239,18	+0,16														
															Taxa Selic		(17/09)		15%		(17/09)		14,90%		DÓLAR Ptax - BC			
															TR		(28/10)		0,1719%		OURO		BM&F/grama/RJ		R\$ 693,12		DÓLAR comercial	
															Poupança		(28/10)		0,6728%		EURO Comercial		Compra: 6,2537		Venda: 6,2543		DÓLAR turismo	
																									Compra: 5,3691		Venda: 5,3697	
																									Compra: 5,3923		Venda: 5,5723	

MERCADOS

Caged reduz alta da Bovespa, mas não impede novo recorde

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) perdeu o nível dos 149 mil pontos e reduziu alta após o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de setembro mostrar uma criação de vagas maior do que a esperada, gerando dúvidas sobre quando o Banco Central (BC) deve começar a diminuir os juros - gatilho importante para a renda variável. Contudo, o índice conseguiu driblar a queda vista nas Bolsas de Nova York e renovou, pelo quarto pregão consecutivo, recorde de fechamento, respaldado pelo acordo sino-americano e a temporada de balanços.

No sétimo avanço seguido, acumulando alta de 3,23%, o Ibovespa (Índice Bovespa) fechou aos 148.780,22 pontos (+0,1%) após oscilar dos 147.546,46 (-0,73%) aos 149.234,04 (+0,4%) pontos. O giro finan-

ceiro somou R\$ 20,82 bilhões. A mínima da Bolsa ocorreu perto da abertura, quando parte do mercado embolsava lucros na esteira de um ambiente mais cauteloso do exterior. Contudo, o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) com queda de 0,36% em outubro, mais intensa do que a mediana das estimativas do Projeções Broadcast (-0,23%), ajudou a fazer o mercado focar na expectativa de corte pela Selic.

Ainda pela manhã, o Ibovespa renovou recorde histórico intradia aos 149,2 mil pontos. Contudo, à tarde o movimento perdeu força após o Caged mostrar criação de 213.002 postos, acima da mediana da pesquisa Projeções Broadcast (169.000). O maior gerador de vagas foi o setor de serviços, com um saldo de 106.606 postos formais de trabalho. A indústria registrou o segundo maior saldo, com 43.095 postos.

CAGED

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que 213.002 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em setembro. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

O saldo é maior em relação a agosto, quando o país tinha criado 147.358 empregos.

A criação de empregos caiu 15,6% em comparação a setembro do ano passado, pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia. No mesmo mês de 2024, tinham sido criados 252.237 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empre-

gadores.

Em relação aos meses de setembro (desde 2020), o total supera o de setembro de 2023, quando foram criadas 204.720 vagas.

- SETORES**
- Na divisão por ramos de atividade, todos os cinco setores pesquisados criaram empregos formais em setembro.
- Serviços: 106.606 postos
 - Indústria (de transformação, de extração e de outros tipos): 43.095
 - Comércio: 36.280.
 - Construção civil: 23.855
 - Agropecuária: 3.167.

DESTAQUES

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e ad-

ministrativas, com a abertura de 52.873 postos formais. A categoria de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais abriu 16.985 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 39.305 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou o segmento de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que abriu 2.120 vagas. A indústria extrativa abriu 841 vagas em setembro.

- REGIÕES E ESTADOS**
- Todas as cinco regiões registraram abertura de vagas formais em setembro.
- Sudeste: 80.639 postos
 - Nordeste: 72.347
 - Sul: 27.302
 - Norte: 18.151

- Centro-Oeste: 14.569
- Na divisão por unidades da Federação, todas registraram saldo positivo. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (+49.052 postos); Rio de Janeiro (+16.009) e Pernambuco (+15.602).
- Os menores saldos de criação de emprego foram registrados no Acre (+845 postos); Amapá (+735) e Roraima (+295).

ACUMULADO

De janeiro a setembro, o Caged registrou o acumulado de vagas formais:

- 1.716.600 (9 meses de 2025)
- 1.995.164 (9 meses de 2024)

Os dados trazem ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores.

Dólar fecha em alta de 0,4% com ajustes sobre próximos passos do Fed

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar apresentou alta firme em relação ao real ontem, em sintonia com o comportamento da moeda americana no exterior.

Investidores promoveram ajustes nas apostas em torno do tamanho do afrouxamento monetário nos Estados Unidos, após o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, afirmar na quarta-feira que um novo corte de juros em dezembro não está garantido.

A sinalização de uma postura mais cautelosa do Fed daqui para frente, após duas reduções seguidas da taxa básica americana em 25 pontos-base, dominou as atenções do mercado, que deixou em segundo plano o anúncio de um entendimento comercial entre Estados Unidos e China, em grande parte já esperado.

Com máxima de R\$ 5,3955 e mínima de R\$ 5,3700, o dólar à vista fechou em alta de 0,40%, a R\$ 5,3812. Apesar disso, a divisa ainda perde 0,21% na semana. Em outubro, a moeda americana avança 1,09% em relação ao

real, após recuo de 1,83% em setembro. Na sexta, ocorre a tradicional disputa pela formação da última taxa Ptax do mês, o que pode exacerbar a volatilidade.

Para o gestor de fundos multimercados da AZ Quest, Eduardo Aun, as declarações de Powell na quarta, revelando divisão entre integrantes do Fed sobre eventual corte em dezembro, levou a uma "reprecificação" do alívio monetário nos EUA, o que jogou a curva de juros americana e o dólar para cima.

Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, o índice DXY subia cerca de 0,30% no fim da tarde, ao redor dos 99,500 pontos, após máxima aos 99,724 pontos O Dollar Index sobe quase 0,60% na semana e avança 1,7% em outubro. Destaque para as perdas de mais de 0,90% do iene, na esteira da decisão do Banco do Japão (BoJ) de manter os juros em 0,5% ao ano e de declarações amenas do presidente da instituição, Kazuo Ueda, de que é preciso ainda analisar os dados antes de eventual elevação dos juros.

Nota

MULTIPLAN TEM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 221,1 MILHÕES NO 3º TRIMESTRE, QUEDA DE 20,9%

A Multiplan - dona de uma rede com 20 shopping centers - teve lucro líquido de R\$ 221,1 milhões no terceiro trimestre de 2025, queda de 20,9% ante o mesmo período do ano passado. O recuo do lucro da Multiplan está relacionado ao peso das despesas financeiras no balanço, tendo em vista o endividamento maior e os juros elevados. Por outro lado, a empresa reportou números operacionais saudáveis, com a ampliação das receitas de locação de lojas, estacionamento, serviços e vendas de imóveis, além de manutenção das despesas sob controle. O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) somou R\$ 435,5 milhões, crescimento de 8,6% na mesma base de comparação anual. A margem Ebitda foi de 70,5%, baixa de 3 pontos percentuais. O FFO (lucro líquido excluindo depreciação, amortização e efeitos não caixa) chegou a R\$ 238,3 milhões, recuo de 21,4%, enquanto a margem FFO atingiu 38,6%, corte de 17 pontos percentuais.

BANCO DO BRASIL

Tarciana: BB é o único banco que não está fechando agências

ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

O Banco do Brasil é o único banco do sistema financeiro que não fechou nenhum ponto de atendimento nos últimos dois anos, disse a presidente do BB, Tarciana Medeiros (**foto**), em um evento de tecnologia da instituição na tarde desta quinta-feira.

"Acreditamos que uma de nossas fortalezas é a rede física. E essa rede precisa se transformar, mas ela tem de existir", afirmou Tarciana. "O brasileiro gosta de ir na casa da gente, gosta de ir no banco, gosta de ir na loja do Magalu", citou a executiva. A executiva participou de um debate em que estava também a presidente do conselho do Magazine Luiza, Luiza Trajano.

Nos dois bancos que divulgaram resultados até agora, os números mostraram que o fechamento de agências continuou no terceiro trimestre. O Santander fechou setembro com 961 agências, ou lojas, como o ban-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

co chama, uma redução de 331 unidades na comparação com igual mês de 2024. Já o Bradesco encerrou setembro com 4.744 pontos de atendimento, ante 6.347 pontos no mesmo mês de 2024. O BB divulga seus núme-

ros do terceiro trimestre no próximo dia 12.

No debate, Tarciana falou também da inteligência artificial (IA), que vem sendo usada na interação com os clientes. "Somos o primeiro banco do mun-

do a ter plataforma de integração de canais que atende o cliente e entrega a omnicanalidade na prática", disse ela. "É um banco que se transforma e inova a cada instante", afirmou a presidente do BB.

BALANÇO

Lucro líquido ajustado da Gerdau é de R\$ 1,09 bi no terceiro trimestre

TALITA NASCIMENTO E CAMILA VECH/AE

A Gerdau reportou lucro líquido de R\$ 1,09 bilhão no terceiro trimestre de 2025, uma queda de 23,9% em relação ao mesmo período de 2024. O Ebitda ajustado ficou em R\$ 2,737 bilhões, um recuo de 9,2% na comparação anual. A receita líquida, por sua vez, somou R\$ 17,983 bilhões, alta de 3,5% ante o período correspondente de 2024.

Segundo a companhia, o avanço da receita no terceiro trimestre é explicado principalmente pelo aumento do volume de vendas em 9,1% no período,

com destaque para a América do Norte que contribuiu com 50% da receita consolidada, mesmo diante da desvalorização do dólar frente ao real no período em 3,8%.

Já o custo das vendas por tonelada foi 1,9% inferior entre julho e setembro na comparação anual, com o menor custo por tonelada na América do Norte e América do Sul, resultado da redução de custos fixos e ganhos de produtividade, mais do que compensando o aumento do custo por tonelada no Brasil.

A Gerdau investiu R\$ 1,7 bilhão em Capex no trimestre, sendo aproximadamente 60%

destinados à competitividade das operações. No Brasil, os investimentos permitiram a conclusão do ramp-up da linha de bobinas a quente na planta de Ouro Branco (MG), que adicionou 250 mil toneladas de capacidade anual. Nos Estados Unidos, a companhia iniciou comissionamento a quente da nova instalação de downstream (Projeto Solar Pile) em Midlothian, no Texas, com foco em energia solar.

O plano de investimentos em capex anunciado para 2026 será de R\$ 4,7 bilhões, 22% inferior ao estimado para 2025.

A dívida líquida da Gerdau

encerrou setembro em R\$ 8,770 bilhões, 3,8% menor que no trimestre finalizado em junho, quando registrou R\$ 9,116 bilhões.

O resultado financeiro apresentou uma melhora de 33,4% e 30,9% em relação ao trimestre anterior e a um ano antes, respectivamente, influenciado pelo aumento das receitas financeiras, totalizando R\$ 223 milhões negativos.

A alavancagem (dívida líquida/Ebitda ajustado) ficou em 0,81 vez ante 0,32 vez na comparação anual, patamar saudável e abaixo da política de endividamento da companhia.

SETEMBRO

Governo Central tem déficit primário de R\$ 14,5 bilhões

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O aumento das despesas em nível maior que as receitas fez o déficit primário subir em setembro de 2025. No mês passado, o Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – registrou resultado negativo de R\$ 14,5 bilhões, contra déficit primário de R\$ 5,2 bilhões em setembro de 2024. Isso significa um aumento real de 166,6%, já considerando a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período, informou o Tesouro Nacional, em seu relatório divulgado nesta quinta-feira.

“Comparado a setembro de 2024, o resultado primário observado decorreu da combinação de um aumento real de 0,6% (R\$ 1,1 bilhão) da receita líquida [após transferências a estados e municípios] e de um crescimento de 5,7% (R\$ 10,2 bilhões) das despesas totais”.

O resultado de setembro pas-

sado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 6 bilhões.

Já no acumulado do ano, o Governo Central registra déficit primário de R\$ 100,4 bilhões, valor 9,1% menor que o obtido no mesmo período do ano passado, já considerando a inflação, que teve registro de R\$ 103,6 bilhões. O resultado deste ano conjugou um superávit de R\$ 185,9 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e um déficit de R\$ 286,3 bilhões na Previdência Social.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do

Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, para o Governo Central.

No limite inferior da meta, isso equivale a déficit de até R\$ 31 bilhões.

RECEITAS E DESPESAS

No último mês, as receitas líquidas subiram 5,8% em valores nominais. Descontada a inflação pelo IPCA, a alta foi a 0,6%. O crescimento resultou, majoritariamente, da elevação real de 11,9% (R\$ 6,2 bilhões) na arrecadação líquida destinada à Previdência Social. De acordo com o Tesouro, o resultado foi influenciado, dentre outros fatores, “pela dinâmica positiva do mercado de trabalho” e pelo aumento dos recolhimentos do Simples Nacional previdenciário.

Já as despesas, no mês passado, subiram 11,2% em valores nominais e 5,7% considerando a inflação. A alta concentrou-se nas despesas discricionárias – que são aquelas não obrigatórias, como os investimentos e

políticas públicas não essenciais — que subiram 100,9% (R\$ 10,6 bilhões). Os itens que mais contribuíram para este crescimento foram os pagamentos em ações de saúde (R\$ 4,1 bilhões) e demais despesas (R\$ 2,9 bilhões).

O Tesouro explicou ainda que o comparativo interanual foi influenciado pela antecipação, em setembro de 2024, do pagamento de R\$ 4,5 bilhões (a preços de setembro de 2025) de precatórios federais previstos para o exercício de 2025 referentes ao estado do Rio Grande do Sul, devido à situação de calamidade pública. Os precatórios são dívidas com sentenças judiciais definitivas a serem pagas pelo governo.

“Essa antecipação impactou principalmente as rubricas de Benefícios Previdenciários, Pessoal e Encargos Sociais e Sentenças Judiciais e Precatórios, acarretando redução nas despesas referentes às duas primeiras na comparação entre setembro de 2024 e setembro de 2025”, diz.

RENAN MONTEIRO, NAOMI MATSUI E PEPITA ORTEGA/AE

A chamada reforma do setor elétrico, centralizada na Medida Provisória (MP) 1.304/2025, foi aprovada ontem, com o endereçamento também outros segmentos, incluindo o setor de gás natural, petróleo, bem como mudanças que buscam uma reestruturação para redistribuir encargos que oneram a tarifa de energia.

As votações no plenário da Câmara e do Senado foram rápidas, entre 1 a 5 minutos, em votação simbólica. A longa discussão, de três dias seguidos, foi na Comissão Mista instalada para a apreciação do texto. O relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), já havia sinalizado que buscava uma articulação interna para encontrar consenso antes da análise em plenário. Veja alguns dos pontos principais do texto:

TETO PARA CDE

O teto para o crescimento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), na Medida Provisória com a reforma do setor elétrico, veio com sete exclusões expressamente citadas no texto aprovado nesta tarde no Congresso, incluindo Tarifa Social, Luz Para Todos e também o desconto para irrigação. O “limite de gastos” será a partir de 2027 para diferentes despesas, como as fontes incentivadas e os recursos para compen-

sar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição, por exemplo.

A referência do limite, para cada segmento, será o orçamento desses itens em 2025, atualizado pelo IPCA. Com os itens excetuados, o risco de “furo” do teto fica mais eminente, de acordo com relatos de técnicos do setor. Porém, uma das novas fontes de recursos para essa conta setorial é a consideração de receita que até então seria destinada à União. Pela previsão, o total de recursos arrecadados via outorgas de concessão de um grupo de usinas hidrelétricas será destinado à CDE até 2032, mudança em relação ao disposto atualmente – já que, até então, 50% desse tipo de arrecadação vai para o Tesouro Nacional.

CORTE DE GERAÇÃO

Haverá ampliação do ressarcimento por cortes de geração de energia das usinas eólicas e solares fotovoltaicas. Ou seja, daquelas impactadas financeiramente com as interrupções forçadas. A compensação será via encargos de serviço do sistema, embutido na conta de luz. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) terá até 60 dias para apurar os valores dos cortes de geração a partir de 1º de setembro de 2023, quando as interrupções ficaram mais frequentes e escalaram para uma crise no setor.

COMBUSTÍVEL

Lula propõe colocar biocombustíveis na pauta exportadora do Brasil

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) discutiu, ontem, as possibilidades para incentivar a pesquisa e colocar os biocombustíveis na pauta exportadora brasileira.

Ele esteve reunido com o CEO da Be8, Erasmo Carlos Battistella, e o presidente da Mercedes-Benz do Brasil e América Latina, Denis Güven, no Palácio do Planalto.

Lula foi apresentado aos caminhões e ônibus da Rota Sustentável COP30, que são veículos que utilizam o biocombustível Be8 BeVant, que promete reduzir em até 99% as emissões de gases de efeito estufa em comparação ao diesel fóssil.

O objetivo da rota é testar o novo biocombustível da Be8 nos veículos da Mercedes-Benz. Outros dois veículos com o diesel B15 (mistura de 15% de biodiesel no diesel) também estão rodando para comparação.

Eles saíram de Passo Fundo (RS) no último dia 20 rumo a Belém (PA), onde ocorrerá a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), em novembro, uma viagem de cerca de 4 mil quilômetros.

Segundo Battistella, o BeVant pode substituir o óleo diesel em vários tipos de motores e pode ser aplicado, principalmente, para rotas de longas distâncias, onde há dificuldade de eletrificação.

Ele pediu ao presidente o apoio, junto ao MDIC e à Apex, para colocar os biocombustíveis



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

como uma pauta de exportação para o Brasil. “Isso é uma solução imediata de descarbonização”, disse a Lula.

O presidente sugeriu, então, que os testes sejam feitos com os veículos produzidos pela Mercedes-Benz na Alemanha, para avaliar o nível de redução de gases de efeito estufa.

“Quem sabe a gente possa exportar isso aqui para o mundo. Quem sabe a gente importa caminhão e exporta (biocombustível) para a Alemanha”, disse Lula.

Ele destacou a capacidade de produção agrícola do Brasil voltada aos biocombustíveis e da indústria, no desenvolvimento de novas tecnologias,

como o BeVant.

“Com a inteligência humana do Brasil, com engenheiros e engenheiras brasileiros, a gente consegue mostrar ao mundo que a transição energética que o mundo sonha não é tão difícil. Basta ter vontade política e basta ter coragem de fazer”, disse.

PETRÓLEO

Por outro lado, Lula reforçou que não é possível abrir mão de combustível fóssil “do dia para a noite” e que há uma “celeuma” no Brasil sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial.

A região, localizada no Norte do país, é apontada como o novo pré-sal devido ao seu potencial petrolífero.

Neste mês, a Petrobras obteve a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para iniciar operação de pesquisa exploratória na região.

“É preciso construir o fim da utilização do combustível fóssil. E para isso a gente tem que pesquisar a Margem Equatorial com o cuidado que o meio ambiente exige, uma responsabilidade que o Brasil tem de mostrar que nós vamos ser o país mais perfeito do ponto de vista da transição energética no mundo. A gente vai continuar utilizando o petróleo enquanto for necessário”, disse, afirmando que a Petrobras vai se transformar em uma empresa de energia.

Vivo

Telefônica Brasil tem lucro de R\$ 1,888 bilhão no 3º trimestre

CIRCE BONATELLI/AE

O lucro líquido da Telefônica Brasil, dona da Vivo, cresceu 13,3% no terceiro trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, chegando a R\$ 1,888 bilhão.

O aumento no lucro está relacionado ao crescimento da receita nas suas principais linhas de negócios. Essa alta superou o ritmo de avanço dos custos, ge-

rando ganhos de margem para a operadora.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) aumentou 9% na mesma base de comparação anual, indo a R\$ 6,486 bilhões. A margem Ebitda teve uma leve melhoria de 1 ponto porcentual, para 43,4%.

A receita operacional líquida da companhia aumentou 6,5%, totalizando R\$ 14,949 bilhões. O

desempenho foi puxado pelo segmento móvel, com avanço de 5,5%, enquanto o segmento fixo cresceu 9,6%.

Os custos totais da operação aumentaram 4,6%, para R\$ 8,463 bilhões. O aumento foi devido ao impacto da inflação e às maiores despesas relacionadas à atividade comercial. Por outro lado, a operadora contou com a venda de ativos oriundos da antiga concessão de voz fixa.

O resultado financeiro (saldo entre receitas e despesas financeiras) gerou uma despesa de R\$ 666,4 milhões, aumento de 26,0% na comparação anual. Aqui, a operadora explicou que parte do aumento se deve à base de comparação, uma vez que, um ano atrás, houve um ganho decorrente de reversão de provisões. Outro ponto é que as despesas financeiras cresceram de forma sequencial em função do aumento do passivo não pago do Fistel (em discussão na justiça) e sua correção monetária.

A linha de imposto de renda e contribuição social ficou negativa em R\$ 215 milhões, alta de 128%.

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
CNPJ: 33.595.018/0001-32

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos dos Estatutos do SINEPE RIO e legislação pertinente, ficam os associados deste Sindicato convocados para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, na próxima terça-feira, dia 4 de novembro de 2025, no auditório do Sinepe Rio - Rua da Assembleia, 77, 22º andar - Centro. A primeira convocação será às 11h e a segunda, caso necessário e nos termos estatutários, às 11h30, tendo como pauta exclusiva: apreciação, deliberação e aprovação das contas da Diretoria do período de janeiro de 2025 a setembro de 2025.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2025.
Pedro Paulo de Bragança
Presidente

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.071/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº: 90.071/2025 no dia 12/11/2025 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamento (IMUNOGLOBULINA DE COELHO ANTITIMOCITOS HUMANOS 25MG INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA, IMUNOGLOBULINA HUMANA G G INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA e etc) Processo nº: 33409.003677.2025-22. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

TERMINAL DE COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS DO AÇU S.A.
CNPJ/MF nº 39.485.999/0001-41 - NIRE 33300361421

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Outubro de 2025. Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada em 30 de outubro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da companhia, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2605 (parte), Edifício Rio Sul Center, Botafogo, CEP 22.290-160, Rio de Janeiro, RJ.

Convocação: dispensada, em vista da presença de acionistas representando a totalidade das ações de emissão da companhia. **Presença:** acionista representando a totalidade das ações de emissão da Companhia. **Deliberações aprovadas:** (i) redução do capital social da Companhia, sem o cancelamento de ações, de R\$ 305.559.812,00 para R\$ 288.559.812,00, representando uma redução total no montante de R\$ 17.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social da Companhia, nos termos do art. 173 da Lei nº 6.404/76. A redução de capital será efetivada em condições, prazos e forma de pagamento a serem oportunamente definidos pela Administração da Companhia. Nos termos do artigo 174, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação, eventuais credores quirográficos por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Companhia. (ii) a alteração ao Art. 5º do Estatuto Social, para refletir a redução de capital aprovada. (iii) autorizar a administração da sociedade a praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as deliberações. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2025. Mesa: Presidente: Sr. Nicholas John Burridge; Secretária: Sra. Luiza Saruê Szechtmann. Acionista: Vast Infraestrutura S.A.

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 333.0033445-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A, sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.938.103/0001-50 (“Companhia”), na forma do art. 12 do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 12 de novembro de 2025, às 11:00h, **NA MODALIDADE ASSEMBLEIA DIGITAL**, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, sendo considerada realizada na sede da Companhia para os fins legais, com a finalidade de dar conhecimento sobre a seguinte ordem do dia:

(i) Consignação do endereço da filial da Companhia no parágrafo único do artigo segundo do Estatuto Social, para fazer constar a seguinte redação: “A Companhia mantém filial na Avenida Cristóvão Colombo, nº 1.106, sl. 405, Floresta, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.560-001, CNPJ nº 10.938.103/0002-31”.

A assembleia será realizada na modalidade digital e a participação dos acionistas será apenas a distância, por meio de sistema eletrônico, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, mediante utilização da plataforma Microsoft Teams. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail bruno.sieiro_ext@v2energias.com, com antecedência mínima de 30 minutos antes da realização da AGE (ou seja, até às 10:30h do horário de Brasília do dia 12 de novembro de 2025), com a documentação comprobatória dos poderes do participante. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGE aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2025.
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca
Diretora Estatutária

IMPOSTO

Câmara Municipal de São Paulo aprova reajuste do IPTU

MALU MÔES/AE

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em segundo turno na quarta-feira passada, o projeto de lei que prevê o reajuste do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). O texto agora vai para a sanção do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Quanto o IPTU vai aumentar?

O IPTU específico de cada imóvel só será divulgado em janeiro, quando a Prefeitura envia por carta o boleto do imposto.

Contudo, o projeto de lei limita o reajuste anual do tributo a no máximo 10% por ano para qualquer imóvel - seja moradia ou comércio. Os vereadores reduziram o limite da correção das propriedades não-residenciais, antes de 15%.

Qual a diferença do reajuste deste ano?

O IPTU é calculado conforme a Planta Genérica de Valores (PGV), que determina o valor venal dos imóveis. A PGV é atualizada a cada quadro anos em São Paulo, e esse é o caso neste ano.

O projeto de lei deste ano atualiza a PGV. A Prefeitura alega que só 4% dos imóveis terão reajuste da PGV no ano que vem superior a 40%, na comparação com este ano. Segundo a gestão, 70% dos imóveis terão alta de até 20%. Já 26% terão de 21% a 40% de aumento.

O que diz a Prefeitura?

A Secretária Municipal da

Fazenda afirma que a revisão da planta de valores é "exigência legal". Também apontou que foram realizadas três audiências públicas para discutir o projeto com a população.

Quais imóveis são isentos?

O projeto de lei amplia a faixa de isenção do tributo, passando a não cobrar o imposto de residências avaliadas em até R\$ 260 mil - atualmente, o limite é de R\$ 230 mil. Moradias de até R\$ 390 mil terão desconto no imposto - hoje, a redução vale para propriedades de até R\$ 345 mil.

Todas as moradias em Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) - quadras com habitações de famílias de baixa renda - também passaram a ser isentas.

Outra mudança, isenta todos os terrenos e moradias da Companhia de Habitação Popular do Município de São Paulo (Cohab-SP) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

A Prefeitura diz que mais de 1 milhão de imóveis serão isentos de IPTU e mais de 500 mil terão descontos.

Como é feito o cálculo do IPTU?

O IPTU é calculado com base na Planta Genérica de Valores (PGV). A PGV define o custo médio do metro quadrado de cada quadra da cidade, considerando o preço em imobiliárias e sites de venda de imóveis. A cifra final do IPTU ainda depende de outros fatores, como o tipo de edificação, as características do imóvel e de seus proprietários, e o zoneamento da quadra.

OPEERAÇÃO OFF WHITE

Polícia desarticula esquema de lavagem de dinheiro do tráfico

A Polícia Militar de São Paulo, por meio do 1º Batalhão de Ações Especiais (BAEP) de Campinas, deflagrou ontem a Operação Off White, em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gae-co), do Ministério Público. A ação mirou um sofisticado esquema de lavagem de dinheiro ligado ao tráfico de drogas e a uma facção criminosa.

Agentes estão nas ruas para cumprir nove mandados de prisão preventiva e 11 de busca e apreensão em Campinas, Artur Nogueira e Mogi Guaçu. Foi determinado o bloqueio e sequestro de 12 imóveis de alto padrão e o congelamento de valores em instituições bancárias.

Durante o cumprimento de um mandado, um criminoso entrou em confronto com policiais militares e morreu baleado. Um sargento do BAEP também foi atingido. Ele foi hospitalizado e está fora de perigo.

Até o momento, três foram presos, entre eles o homem conhecido como “diabo loiro”, uma das lideranças da organização criminosa. Ele é suspeito de ter participação direta em ataques contra as forças de segurança do estado. Possui diversas passagens criminais por homicídio, formação de quadrilha, receptação e uso de documento falso.



GOVERNO DO ESTAO DE SP

INVESTIGAÇÕES

De acordo com as investigações, o grupo, formado por traficantes, empresários, agiotas e influenciadores, movimentava grandes quantias de dinheiro obtidas com o tráfico, misturando os valores ilícitos a recursos provenientes de atividades empresariais legais para dificultar o rastreamento.

As apurações começaram a partir de provas reunidas nas Operações Linha Vermelha e Pronta Resposta, que revelaram conexões entre traficantes conhecidos, integrantes de uma facção criminosa e empresários de diferentes setores. Segundo o Gae-co, os investigados atuavam há anos na acumulação e dissimulação de patrimônio oriundo do crime.

Com o avanço das investigações, promotores e policiais identificaram que o grupo realizou diversas transações imobiliárias e financeiras para esconder os verdadeiros beneficiários e a origem ilícita dos bens.

As investigações continuam para identificar outros envolvidos e rastrear novas ramificações do esquema.

TURISMO

SP lança Rota do Queijo Paulista para impulsionar produção artesanal

O Governo de São Paulo lançou ontem durante o Mesa SP, as Rotas do Queijo de São Paulo, iniciativa intersecretarial para incentivar a produção artesanal de queijos, conectando produtores, turistas e consumidores em experiências que unem gastronomia, cultura e turismo rural. A ação reúne queijarias localizadas por todo o estado, organizadas em oito rotas temáticas. O projeto, coordenado pela Casa Civil, contou com as contribuições das secretarias de Estado de Turismo e Viagens, Agricultura e Abastecimento, Cultura e Economias Criativas, Desenvolvimento Econômico e do Invest SP.

“Com as Rotas do Queijo de São Paulo, prestigiamos essa cultura artesanal de grande potencial para alavancar o turismo rural e, consequentemente, trazer mais progresso para as economias que fazem parte dessas rotas. Nossos queijos já começam a receber reconhecimento em outras regiões do Brasil e internacionalmente e o papel do Governo do Estado é incentivar esse mercado”, destacou o vice-governador Felício Ramuth.

As Rotas do Queijo de São Paulo reúnem 102 propriedades em 77 municípios (Jacareí participa com uma propriedade e com uma experiência), distribuídos nas Rotas das Nascentes, Águas e Serras Paulistas; Cuesta, Itaqueri e Tietê; Mogiana Paulista; Mantiqueira Paulista e Vale do Paraíba; Noroeste Paulista; Bandeirantes; Alta Paulista; e Sudoeste Paulista. A ação integra fazendas, queijarias e destinos turísticos e inclui ainda 17 experiências e destinos queijeiros. Veja detalhes no site oficial.

A exemplo das Rotas do Vinho e do Café, lançadas em agosto de 2024 e em abril deste ano, respectivamente, a expectativa com o lançamento das Rotas do Queijo é fortalecer os produtores artesanais. “As Rotas do Queijo vão estimular o empreendedorismo local e fomentar toda a cadeia produtiva, gerando mais emprego e renda para os municípios. Este é um dos nossos objetivos para alavancar



GOVERNO DO ESTAO DE SP

a economia regional”, afirmou Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico.

EXPANSÃO

O estado de São Paulo se tornou um dos maiores celeiros de produtores de queijos artesanais do país, alcançando reconhecimento internacional — como na 7ª edição do Mondial du Fromage et des Produits Laitiers, o popular Mundial de Queijos da França, competição que reuniu representantes de 26 países e mais de 1.900 variedades. Quatro dos dez queijos que levaram a medalha de ouro são do estado.

Típico do campo e das zonas rurais de São Paulo, o queijo tem impulsionado uma extensa cadeia ligada ao turismo rural, um dos segmentos mais procurados pelo viajante desde o início da pandemia, com crescimento de quase 30% ao ano, segundo pesquisa do Sebrae. A gastronomia é hoje o terceiro maior impulsor de viagens no mundo, atrás da natureza e da cultura, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT).

“São Paulo cresce no turismo e é referência quando o assunto é gastronomia e turismo rural. Os nossos queijos estão entre os melhores do mundo, atraindo visitantes de todas as partes do país e do mundo para vivenciar processos de produção, expe-

riências no campo, mostras e degustações, eventos e vivências turísticas das mais diversas, que incrementam a economia e valorizam a produção e a cultura local”, afirmou o secretário de Turismo e Viagens, Roberto de Lucena.

A produção artesanal em específico também vive um crescimento expressivo. Desde 2022, o número de produtores registrados no Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP) aumentou 300%, impulsionado pela simplificação do processo de registro. Hoje, já são quase 60 queijarias artesanais oficialmente reconhecidas no Estado, que, somadas às mais de 100 indústrias queijeiras, consolidam São Paulo como um dos principais polos da queijaria brasileira.

“Estamos construindo um ambiente que une qualidade, inovação e identidade. Nossos queijos são reconhecidos no mundo todo e representam o melhor da agricultura paulista: trabalho, tradição e excelência”, disse o secretário de Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piai.

Municípios participantes:

- Alta Paulista: Adamantina, Marília, Paraguaçu Paulista, Queiroz e Salto Grande;
- Bandeirantes: Boituva, Cabreúva, Campinas, Itu, Itupeva, Jundiá, Nova Odessa,

- Porto Feliz e Tatuí;
- Cuesta, Itaqueri e Tietê: Anhembí, Bofete, Botucatu, Ibitinga, Ipeúna, Pardinho, Piracicaba, Ribeirão Bonito, Santa Rita do Passa Quatro e Torrinhã;
- Mantiqueira e Vale do Paraíba: Areias, Caçapava, Cunha, Guaratinguetá, Itaberá, Jacareí, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Queluz, Redenção da Serra, São Bento do Sapucaí e São Luiz do Paraitinga;
- Mogiana Paulista: Cássia dos Coqueiros, Pedregulho, Jaboicabal, Jardinópolis, Santa Cruz da Esperança
- Nascentes, Águas e Serras Paulistas: Águas de Lindóia, Amparo, Bragança Paulista, Caconde, Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal, Joanópolis, Pedra Bela, Serra Negra, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo e Santa Isabel.
- Noroeste Paulista: Alto Alegre, Catanduva, Fernandópolis, Maringópolis, Nova Castilho, Olímpia e Urupês.
- Sudoeste Paulista: Avaré, Ibiúna, Itapetininga, Itararé, Pilar do Sul e Sarapuí.
- Destinos e experiências queijeiras: Angatuba, Araçatuba, Bauru, Jacareí, Itapira, Lorena, Pariquera-Açu, Pirassununga, Porangaba, São Miguel Arcanjo e São Paulo.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM 4 SÉRIES, DA 123ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em 4 Séries, da 123ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 19 de novembro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a alteração da Data de Emissão da 2ª, 3ª e 4ª Séries, conforme disposto na Cláusula 1.1 – Definições do Termo de Securitização, bem como, toda e qualquer menção nos Documentos da Operação, em relação à Data de Emissão das Séries referentes, para que passe a ser considerada a data de 06 de outubro de 2025 para a 2ª Série, 06 de novembro de 2025 para a 3ª Série e 08 de dezembro para a 4ª Série; (II) Aprovar a alteração do Cronograma de Pagamentos dos CRI da 2ª, 3ª e 4ª Séries, conforme disposto no Anexo II do Termo de Securitização, bem como, Anexo I do "Termo Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais em 4 (Quatro) Séries Com Garantia Real e Fidejussórias Para Colocação Privada, Da Incorporadora Irmãos Leite Ltda." ("Nota Comercial"), que passará a vigorar conforme o Anexo do presente Edital; (III) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais; A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial por e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI Imbiara, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares do CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizacao.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema FundosNET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Anexo do Edital – <https://www.canalsecuritizacao.com.br/emissao/24k1255993>

São Paulo, 30 de outubro de 2025.

Amanda Martins - Diretora de Securitização

MATANÇA

BARRADOS

Governo envia 20 peritos da PF para reforçar perícia no Rio

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

Vinte peritos criminais da Polícia Federal vão reforçar os trabalhos de segurança pública no Rio de Janeiro, conforme comunicou, ontem, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski **(foto)** ao governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro.

O ministro informou que o envio dos peritos é o primeiro resultado do escritório emergencial de combate ao crime organizado no Rio de Janeiro, anunciado, na quarta-feira passada, no Palácio Guanabara. A medida ocorreu depois da Operação Contenção nos complexos do Alemão e da Penha, que deixou, ao menos, 121 mortos.

Segundo o governo federal, os peritos vão trabalhar em análise dos locais de crimes, balística, genética forense para identificação de DNA, medicina legal, exames de balística, necrópsia e identificação de corpos.

Além deles, o governo divulgou que vai mobilizar também de 10 a 20 peritos da Força Na-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

cional de Segurança Pública para atuar no estado.

De acordo com Lewandowski, o efetivo de peritos pode ser aumentado de acordo com a necessidade.

“Nós tivemos a ideia de criar esse escritório extraordinário de

enfrentamento ao crime organizado para agilizar a comunicação entre as forças federais e estaduais de segurança”, afirmou o ministro.

O escritório integrado tem a finalidade de, segundo o ministro, ser um fórum onde as forças

vão conversar entre si para tomar decisões rapidamente até que a crise seja superada.

“Este é o embrião daquilo que nós queremos criar com a PEC da Segurança Pública que está sendo discutida no Congresso Nacional”.

Como fica o Rio após megaoperação e criação de 'escritório' contra o crime

CAIO POSSATI/AE

Depois da maior operação policial da história do Rio de Janeiro, que terminou com a morte de pelo menos 121 pessoas, o governo do Estado se uniu ao governo federal para criar um escritório voltado ao combate contra o crime organizado em território fluminense.

Enquanto isso, governadores de diferentes estados foram ao Rio para firmar, junto com o governador do Rio, Claudio Castro (PL), um "Consórcio da Paz", com o objetivo de integrar forças operacionais e de inteligência entre algumas das unidades federativas.

O Ministério Público, por sua vez, anunciou a abertura de uma investigação para apurar as incursões realizadas nos complexos da Penha e do Alemão e verificar eventuais ilegalidades na ação. Batizada de Contenção, a operação mirou lideranças do Comando Vermelho e foi realizada na zona norte do Rio.

Após a operação, dezenas de corpos foram retirados de uma área de mata na região de Vaca-

ria. Moradores levaram os mortos até a Praça São Lucas, de onde foram encaminhados ao Instituto Médico-Legal (IML), onde passam por processo de identificação e também de autópsia. Entenda os desdobramentos da megaoperação policial.

CRIAÇÃO DE ESCRITÓRIO

Na quarta-feira passada, o governador Cláudio Castro (PL) e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, anunciaram a criação de um escritório especializado no enfrentamento ao crime organizado no Estado. A proposta é unificar estruturas policiais e administrativas já existentes e reduzir a burocracia nos pedidos de apoio entre forças.

Na prática, a medida deve incorporar a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco) ao Comitê Integrado de Investigação Financeira e Recuperação de Ativos (Cifra), grupo criado para descapitalizar o crime organizado e composto por integrantes de diferentes forças policiais, ministérios públicos e secretarias da Fazenda.

"A ideia é que nossas ações sejam 100% integradas a partir de agora, inclusive para vencermos possíveis burocracias. Vamos integrar inteligências, respeitar as competências de cada órgão, mas pensando em derubar barreiras para, de fato, fazer segurança pública", disse Castro.

FORÇA NACIONAL

Como desdobramento da criação do escritório emergencial, Castro e Lewandowski anunciaram ontem, no Palácio Guanabara, o envio de 20 peritos criminais da Polícia Federal (PF) e de outros 10 a 20 da Força Nacional de Segurança Pública para apoiar o Estado do Rio neste momento de crise na segurança pública.

Segundo o Ministério da Justiça, os profissionais atuarão em áreas como análise de locais de crime, balística, genética forense (para identificação de DNA), medicina legal, necrópsia e identificação de corpos.

"Tivemos a ideia de criar esse escritório extraordinário de enfrentamento ao crime orga-

nizado para agilizar a comunicação entre as forças federais e estaduais de segurança", afirmou Lewandowski. "Um dos resultados é o envio de peritos criminais, médicos e especialistas de diferentes áreas da criminalística."

CONSÓRCIO DA PAZ

Ao lado de outros governadores, que se deslocaram até o Rio nesta quinta, Claudio Castro anunciou a criação de um "Consórcio da Paz".

Participaram do encontro Romeu Zema (Novo-MG), Jorginho Mello (PL-SC), Ronaldo Caiado (União Brasil-GO), Eduardo Riedel (PP-MS) e Celi na Leão (PP), vice-governadora do Distrito Federal, além de Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), que participou de forma remota.

A medida prevê uma integração de forças operacionais e de inteligência, além de trocas de experiência e soluções. Entre os objetivos está a aquisição de equipamentos em conjunto, de forma consorciada, para obter preços mais baixos.

Defensoria do Rio quer fazer laudos paralelos dos corpos

ANDRÉ RICHTER E RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para ter acesso ao Instituto Médico-Legal (IML) e fazer laudos paralelos à perícia oficial dos corpos dos mais de 120 mortos durante a ação policial no Rio. A instituição diz que está sendo impedida de acompanhar a perícia nos corpos das pessoas mortas durante a Operação Contenção, que ocorreu nos complexos do Alemão e da Penha.

“A gente queria ter acesso para ser as vozes e os olhos dessas mães. Nossa ação é para proteger os mais vulneráveis, que são os familiares que querem entender em que circunstâncias os seus entes faleceram”, disse a defensora Rafaela Garcez, subcoordenadora de defesa criminal da DPRJ.

O pedido foi feito ao ministro Alexandre de Moraes, relator temporário do processo que é conhecido como ADPF das Favelas, ação na qual a Corte já determinou medidas para combater a letalidade policial na capital fluminense.

“O que a defensoria quer é melhorar a qualidade da perícia, para que outros peritos analisem as circunstâncias, já que parte do local não foi preservado, como vimos nas imagens dos corpos encontrados na mata. A quem interessa impedir o acesso da Defensoria? Para quem quer transparência e contenção das más práticas, não tem porque impedir a entrada da Defensoria”, complementou.

Rafaela Garcez reforça que a DPRJ participa da ADPF 635, conhecida como ADPF das Favelas, para ajudar no controle da atividade policial. E que, portanto, o acesso da instituição ao IML não seria um favor, mas um direito já reconhecido pelo STF.

A principal preocupação é que, com a demora, não seja possível fazer uma perícia alternativa, porque os corpos serão encaminhados para sepultamento.

A defensoria entende que “a falta de isolamento do local para fins de preservação visando à ulterior perícia”, “desperta receio concreto quanto à imparcialidade e consequente fiabilidade das perícias reali-

zadas nos corpos das vítimas” pela Polícia Civil.

No pedido, a defensoria citou que presenciou a falta de ambulâncias, o fechamento de postos de saúde e afirmou que “privilegiou-se a letalidade” durante a operação.

“As declarações do governador do Rio de Janeiro [Claudio Castro], segundo as quais a operação teria sido um sucesso, afirmando que as únicas vítimas mortas foram os policiais. causam espécie, considerado o acórdão prolatado por este Supremo, no qual se estabeleceu como meta a reocupação territorial sem modus operandi letal. Ocorre que, além de o escopo da operação não ter sido esse, e sim o cumprimento de mandados, privilegiou-se a letalidade, contrariando o dever de redução significativa imposto por esta Corte”, sustentou a defensoria.

A DPRJ afirma ter feito 106 atendimentos diretos às famílias na quarta-feira no IML, no Hospital Estadual Getúlio Vargas e nas audiências de custódias de pessoas que foram presas na operação policial.

Em entrevista coletiva, o secretário da Polícia Civil, Felipe Curi, rebateu as críticas da defensoria.

“Isso é mentira. O que há é uma minoria lacradora que quer chamar atenção”, disse o secretário.

Segundo ele, há defensores que estão tendo acesso, mas não são todos. Apenas os “sérios”, nas palavras do secretário. Curi também disse que a DPRJ não teria indicado oficialmente os representantes que teriam acesso ao IML, ao contrário do que foi feito pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

Mais cedo, a Defensoria Pública da União (DPU) também solicitou autorização para acompanhar a perícia dos corpos.

Alexandre de Moraes foi escolhido para tomar decisões urgentes envolvendo o processo, diante da ausência de um relator para o caso. A ação era comandada pelo ex-ministro Luís Roberto Barroso, que se aposentou neste mês.

Quarta-feira, Moraes determinou que o governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, preste esclarecimentos sobre a operação.

STF

Fachin: STF acompanha operação no RJ com atenção e solidariedade

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, disse ontem que a Corte acompanha com “atenção e plena solidariedade” os desdobramentos da Operação Contenção, que deixou mais de 120 mortos no Rio de Janeiro.

Durante o encerramento da sessão desta tarde, o ministro prestou solidariedade aos familiares das vítimas e classificou a operação como “tragédia ocorrida no Rio de Janeiro”.

“Todos integrantes deste tribunal acompanham com a devida atenção, com a plena solidariedade aos familiares das vítimas, e ao mesmo tempo, com a discrição e sobre-dade que são necessárias pa-

ra, em momentos de tragédias graves, como essa, dedicar a elas a nossa atividade concreta e, no lugar devido, as melhores preocupações”, afirmou.

A realização da operação é acompanhada na Corte por meio do processo que é conhecido como ADPF das Favelas, ação na qual a Corte já determinou medidas para combater a letalidade policial na capital fluminense.

Quarta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, relator temporário da ADPF, pediu que o governador do Rio, Claudio Castro, preste esclarecimentos sobre a operação.

Moraes também marcou uma audiência na próxima segunda-feira, no Rio de Janeiro, para tratar do tema.

FRAUDE ELEITORAL

TSE marca julgamento de caso que pode levar à cassação de Castro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) agendou para a próxima terça-feira, a análise duas ações que podem levar à cassação e à inelegibilidade do governador do Rio, Cláudio Castro (PL) **(foto)**, e do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil). Os dois são acusados de irregularidades na contratação de funcionários do Ceperj para atuar como cabos eleitorais e sempre negaram as acusações.

O caso chegou ao TSE após o MP Eleitoral recorrer da decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) que absolveu a dupla. O caso é relatado pela ministra Isabel Gallotti, que liberou o processo para julgamento na reta final de seu mandato na Corte Eleitoral, que vai até 21 de novembro.

Para a Procuradoria-Geral

Eleitoral, Cláudio Castro cometeu abuso de poder político e econômico e deveria ser cassado. Se ele deixar a função, assumiria em seu lugar o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), Ricardo Couto de Castro.

O desembargador já terá que assumir a função em abril se Cláudio Castro deixar a função para se candidatar a outro cargo. O governador não pode mais disputar a reeleição. Bacellar, por sua vez, pretende concorrer ao governo estadual.

Castro está envolto nos últimos dias na polêmica da operação das polícias fluminense contra integrantes do Comando Vermelho, que se tornou a mais letal da história. Até a noite desta quarta-feira, o Estado confirmava 121 mortos. A Defensoria Pública fala em 132.



ROGÉRIO SANTANA GOVERNO DO RJ

CRIME SEM CASTIGO

Moraes suspende ação penal contra deputado Gustavo Gayer



BRUNA ROCHA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes (**foto**), determinou a suspensão da ação penal por calúnia, injúria e difamação contra o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO). A decisão foi tomada após a Câmara dos Deputados aprovar, em 15 de outubro, a suspensão do processo.

Gayer é acusado de cometer os crimes de calúnia, difamação e injúria ao proferir ofensas contra o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) nas redes sociais, em 2023. O parlamentar se tornou réu no caso em novembro de 2024, por decisão da Primeira Turma do Supremo.

"Determino a aplicação imediata da Resolução nº 30, de 2025, da Câmara dos Deputados, e declaro a suspensão desta ação penal em relação ao deputado federal Gustavo Gayer", escreveu Moraes.

A ação foi aberta após Vanderlan afirmar Gayer que o chamou de "vagabundo" e apontar que o senador teria "virado as costas para o povo" ao apoiar a reeleição de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) à presidência do Senado.

Na ocasião, Gayer publicou um vídeo com ataques ao senador e ao próprio Congresso. "Nunca se viu esse sistema tão podre fazendo campanha pra um candidato à presidência do Senado e, como consequência, o Pacheco à frente do Senado continuará a arregaçar o c* dessa Casa para que o STF continue a penetrar com a p* ditatorial. Desculpe as palavras, mas essa é a verdade e é a melhor descrição do que tá acontecendo", disse o deputado na publicação.

Paralelamente a essa ação, o deputado é investigado pela Polícia Federal por suposto desvio de recursos da cota parlamentar. Gayer foi alvo de mandado de busca e apreensão em outubro de 2024.

FURG

AGU garante cota para aluno trans em universidade do RS

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou, ontem, que garantiu a reserva de cotas para pessoas transexuais e transgênero no vestibular da Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Furg).

Uma decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) suspendeu uma liminar de primeira instância para impedir o processo seletivo para 2026, explicou a AGU.

MATRÍCULAS

A decisão também poderia provocar o cancelamento das matrículas de estudantes trans aprovados nos vestibulares de 2023, 2024 e 2025.

Segundo a AGU, a legislação brasileira autoriza as universidades federais a criarem reserva de vagas.

"A política da Furg não é uma inovação isolada, sendo adotada por, pelo menos, 12 outras universidades federais", finalizou o órgão.

TRAMA GOLPISTA

Moraes manda Mauro Cid começar a cumprir pena

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem, o início do cumprimento da pena do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, no processo da trama golpista.

Na mesma decisão, o ministro autorizou que o período em que Mauro Cid ficou preso provisoriamente no processo seja abatido da sentença. A Vara de Execuções Penais do Distrito Federal ainda vai calcular se resta algum tempo de pena a cumprir.

Mauro Cid fechou acordo de delação premiada e, por isso, conseguiu uma pena bem menor que a dos outros réus no processo, de 2 anos em regime aberto.

O ex-assessor cumpriu dois anos e quatro meses de prisão e medidas cautelares, alternados entre a preventiva em regime fechado e a liberdade provisória no regime aberto com tornozeleira eletrônica e recolhimento domiciliar à noite e nos finais de semana. A defesa pediu que todesse o período fosse abatido da pena final, mas a decisão de Moraes menciona apenas o tempo de prisão provisória.

O tenente-coronel precisa se apresentar na próxima segunda-feira, 3, para retirar a tornozeleira eletrônica e receber documentos e bens apreendidos na investigação.

Na mesma decisão, Moraes mandou a PF manter a segurança do ex-ajudante de ordens e de seus familiares, que foi uma das condições pactuadas no acordo.

MATANÇA NO RIO

Megaoperação: deputados pedem investigação federal

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados vai pedir que uma investigação federal seja aberta para apurar as circunstâncias da megaoperação policial que deixou ao menos 121 mortos no Rio de Janeiro. De acordo com o presidente da Comissão, Reimont (**foto**) (PT-RJ), uma perícia independente, que não esteja ligada ao governo estadual, é necessária para que haja mais transparência.

"Nós estamos diante de um crime de Estado. Quem matou esses jovens foi o Estado, independente se eles são comprometidos com a criminalidade ou não, eles são seres humanos e no Brasil não há pena de morte. Então, o Estado não pode ter todo o processo e fazer todas as averiguações. Nós vamos pedir uma perícia federal", afirmou.

O deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), que também é membro da comissão, também defendeu a federalização das investigações.

"Foi uma operação desastrosa, que infelizmente parece ter um cunho político muito forte, e agora a nossa obrigação, na Comissão de Direitos Humanos, é garantir que seja jogado luz em todas essas investigações. Por mais que eu respeite a nossa Polícia Civil, nesse momento nós vamos precisar de uma perícia



independente. Acho que a Polícia Federal deve entrar nesse processo, como uma polícia independente", defendeu.

Um pedido semelhante também foi feito pela Comissão Especial de Favelas e Periferias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A presidente da Comissão, Renata Souza (PSOL) protocolou uma representação com pedido de deslocamento de competência à Procuradoria-

Geral da República.

Além de pedir a federalização das investigações e do processamento judicial relativos à Operação Contenção, o documento também demanda que a PGR determine a preservação de todos os vestígios periciais e registros audiovisuais.

"O que presenciamos no dia 28 de outubro não foi uma operação de segurança pública, mas sim um massacre, uma chacina,

que violou, de forma brutal, os direitos mais fundamentais da população favelada. A resposta das autoridades estaduais, tanto na condução da operação quanto nas declarações posteriores, é inaceitável e demonstra a urgente necessidade de uma intervenção externa e imparcial. A vida das pessoas, a integridade da prova e a credibilidade das instituições estão em jogo", declarou a deputada.

SUPREMA CORTE

Subprocurador pede que TCU impeça Lula de indicar homem ao Supremo

BRUNA ROCHA/AE

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que adote uma medida cautelar para impedir que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indique um homem para a vaga deixada pelo ministro aposentado Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF), até que seja garantido o princípio da igualdade de gênero na composição da Corte. O ofício foi enviado na quarta-feira passada.

No documento, o subprocurador argumenta que a eventual escolha de um homem para o cargo, como o advogado-geral da União, Jorge Messias, apontado como um dos favoritos,

"perpetuará a desproporcionalidade de gênero" no Supremo.

"A atual configuração evidencia uma violação ao princípio da isonomia", escreveu Furtado, em referência ao artigo 5º da Constituição Federal. Além disso, o subprocurador destacou que a ausência de pluralidade de perspectivas pode comprometer a imparcialidade do Supremo diante dos casos que julga.

"Embora as decisões do Supremo sejam técnicas, elas não estão imunes à influência das vivências e perspectivas individuais de seus membros", afirmou Furtado.

Ele também alertou para o risco de o STF se tornar exclusivamente masculino com a aposentadoria da ministra Cármen

Lúcia, prevista para 2029. Como mostrou o Estadão, o Supremo teve apenas três mulheres e nenhuma ministra negra entre mais de 170 ministros nomeados ao longo de 134 anos de história

"A escolha de uma mulher para a vaga aberta não é apenas uma questão de representatividade simbólica, mas de justiça, equidade e compromisso com valores democráticos", completou o subprocurador.

Furtado também mencionou os compromissos internacionais do Brasil, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que prevê o

fortalecimento da presença feminina em espaços de poder. Ele pediu que o TCU encaminhe o ofício ao Senado Federal e à Presidência da República, adotando as medidas cabíveis.

O posicionamento de Furtado dialoga com o de entidades ligadas ao Judiciário, que passaram a pressionar o governo federal após o anúncio da aposentadoria de Barroso. Organizações como o Fórum Justiça, a Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos e a Plataforma Justa defendem que o presidente indique uma mulher para ocupar a vaga aberta no STF.

Até mesmo membros da própria Corte já manifestaram publicamente apoio à presença de mais mulheres no Supremo.

POSSE

Boulos diz querer permanecer com Lula até o fim do governo

RAISA TOLEDO/AE

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência Guilherme Boulos (PSOL) (**foto**), que tomou posse ontem, afirmou que sua vontade é permanecer integrando o governo Lula até o fim da gestão. Ele não confirmou se sairá candidato a deputado federal nas eleições de 2026. "Eleição eu vou discutir ano que vem", afirmou em entrevista ao UOL News ontem. Se quiser se candidatar, Boulos teria que deixar o governo no início de abril, quando se encerra o prazo de desincompatibilização previsto em lei.

Questionado sobre declaração em seu discurso de posse de que "não tem diálogo com quem ataca a democracia e trai o Brasil", ele afirmou ter se referido a impossibilidade de "discussões

construtivas" sobre soluções para o País.

"O que eu disse é que eu vou rodar o Brasil, conversar e ouvir todos os setores da sociedade e que nesta conversa de escuta política e discussão construtiva de propostas não há diálogo possível com quem ataca a democracia e trai o Brasil. Isso é uma coisa; outra coisa é diálogo institucional, que aí não é nem opção minha como ministro, é obrigação

e parte da minha função", disse.

Com o exemplo de alguém com quem "não faz sentido discutir projeto para o Brasil", ele citou o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está morando nos Estados Unidos desde fevereiro e acusa Lula de "falta de respeito" com quem ataca a democracia e trai o País.

"É uma coisa inacreditável que esse cidadão ainda seja deputado. Esse cara tinha que ter

tido cassado e é uma vergonha para o Parlamento brasileiro o Eduardo Bolsonaro continuar recebendo salário e verba de gabinete como deputado", criticou.

O ministro também comentou o ambiente político da Câmara, em que exercia seu primeiro mandato antes de assumir a chefia da pasta. Segundo ele, o protagonismo das emendas parlamentares esvaziou o debate no Congresso e transformou deputados e senadores em "espécies de vereadores federais".

"Um negócio de você tratar da questão local, paroquial, específica e distribuidor de orçamento a partir das emendas parlamentares. Esse não é o jeito que eu acredito de fazer política. É um ambiente que está muito desgastado e despolitizado", afirmou.

PROJETO DE LEI

Congresso aprova isenção do IR por tempo indeterminado

O Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira projeto de lei (PLN 1/2025) que permite que as mudanças propostas no Imposto de Renda tenham duração por tempo indeterminado, e não apenas por cinco anos.

A principal alteração, proposta pelo governo federal, é a isenção para quem ganha até R\$

5 mil a partir de janeiro de 2026.

Na prática, o projeto dá continuidade a uma eventual isenção, que ainda está em análise no Congresso. O benefício tributário está previsto no Projeto de Lei (PL) 1.087/2025, já aprovado na Câmara dos Deputados e que aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Sem a mudança, a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil valeria por apenas cinco anos, como prevê a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O texto aprovado pelos parlamentares encerra essa limitação.

“A proposta traz segurança jurídica ao contribuinte, pois garante a confiabilidade e a previsibilidade de que a eventual altera-

ção na legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), seja qual for o desfecho da proposição no Parlamento, não será obrigatoriamente rediscutida a cada cinco anos”, argumentou a relatora, senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO).

O projeto será enviado para a sanção do presidente da República.

CÂMARA

Ex-diretor do Inpe demitido por Bolsonaro assume vaga de Boulos

RAISA TOLEDO/AE

O ex-diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Ricardo Galvão (Re-de-SP) assumiu o cargo de deputado federal no lugar de Guilherme Boulos (PSOL-SP), que tomou posse como ministro da Secretaria-Geral da Presidência do governo Lula nesta quarta-feira.

"Comunico oficialmente que deixo a presidência do CNPq para defender a ciência no Congresso Nacional", escreveu em publicação no Instagram nesta quinta-feira, 30. "A ciência é o caminho, a democracia é o alicerce e a sustentabilidade é o destino."

Em 2019, à frente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), contestou críticas do então presidente Jair Bolsonaro (PL) aos dados de desmatamento na Amazônia.

Na época, Bolsonaro acusou o Inpe de divulgar "números mentirosos". Galvão defendeu publicamente o trabalho da equipe e afirmou que os dados eram precisos e auditáveis, o que levou à sua exoneração do cargo de diretor do instituto.

Na postagem em que anunciou a chegada ao Congresso, ele disse que "o negacionismo tentou calar a ciência", mas que "hoje, a ciência brasileira ocupa um lugar na Câmara dos Deputados".

Ao Estadão, Galvão afirmou que terá as pautas do meio ambiente, da defesa dos inves-

timentos em ciência e tecnologia e a educação como prioridades. "A pauta principal é a questão climática, a linha de ação da Rede, e razão pela qual entrei na política", disse.

Ele mencionou como exemplo de pauta orçamentária de seu interesse uma tentativa de parlamentares de reduzir o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Também defendeu a repatriação de cientistas brasileiros para trabalhar no setor industrial nacional e a soberania de tecnologias desenvolvidas, mencionando como exemplo as terras raras, tema que move a atual geopolítica global.

Antes de confirmar se assumiria o cargo, o pesquisador também se comprometeu em "atuar em alguma agenda inacabada" do mandato de Boulos.

Nascido em Itajubá (MG), Ricardo Magnus Osório Galvão tem doutorado em Física de Plasmas pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, da sigla em inglês), nos Estados Unidos. É professor titular aposentado do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), membro da Academia de Ciências do Estado de São Paulo e da Academia Brasileira de Ciências.

Também já foi eleito uma das dez pessoas mais importantes para a ciência pela Nature, uma das principais revistas científicas do mundo, em 2019.

OFENSAS

Justiça condena Hang a indenizar Lula em mais de R\$ 33 mil

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) decidiu, ontem, condenar o empresário Luciano Hang, dono da rede de lojas departamento Havan, a pagar mais R\$ 33 mil ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (foto) por declarações consideradas ofensivas.

Os episódios ocorreram entre 2019 e 2020, quando Hang fez publicações e manifestações públicas com frases que, segundo o tribunal, macularam a imagem de Lula. Luciano Hang ainda não se manifestou publicamente sobre a decisão do TJ-SC.

A ação foi movida pelos advogados Ângelo Ferraro e Miguel Novaes, que argumentaram que as manifestações do empresário ultrapassaram os limites da liberdade de expressão, configurando ataques pessoais ao presidente.

Apesar disso, em 2023, na primeira instância, a Justiça considerou improcedente o pedido de indenização por danos morais feito pela defesa do presi-



JOSÉ CRUZ/ABRASIL

dente, ao entender que, por se tratar de uma figura pública, Lula está sujeito a críticas.

"O convívio com denúncias,

acusações e críticas ácidas é inerente à vida pública", destacou o tribunal na época. Na nova decisão, o tribunal afirmou que

"mesmo figuras públicas têm direito à proteção da honra e da imagem". Luciano Hang ainda pode recorrer.

SENADO

CPI do Crime Organizado terá Flávio Bolsonaro e Moro na titularidade

LEVY TELES/AE

Os partidos já preencheram quase todas as indicações de membros para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, instalada no Senado. Estarão, entre os membros indicados, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), presidente da Comissão de Segurança Pública da Casa, e Sérgio Moro (União-PR).

Do lado governista, o PT indicou Rogério Carvalho (SE), líder do partido no Senado, e Jaques Wagner (BA), líder do go-

verno. Fabiano Contarato (PT-ES), que era delegado, estará na suplência

Como mostrou o Estadão, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) pretende ficar com a relatoria da CPI.

O colegiado será instalado na próxima terça-feira, 4, e terá como foco a apuração da atuação de milícias e de facções criminosas. A escolha, no entanto, ainda carece de acordo, uma vez que depende também de quem presidirá o grupo.

Vieira foi o autor do requerimento apresentado em feverei-

ro que originou a criação da CPI. O colegiado contará com 11 integrantes titulares e 7 suplentes. O prazo de funcionamento será de 120 dias.

O Republicanos ainda não indicou membro titular e nem um suplente. Ainda faltam outras duas indicações para a suplência.

"A comissão irá apurar a estruturação, a expansão e o funcionamento do crime organizado, com foco na atuação de milícias e facções", disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), em comu-

nicado sobre a instalação da CPI para apurar a estrutura e o funcionamento do crime organizado.

A decisão vem depois de uma operação policial no Rio de Janeiro contra a organização criminosa Comando Vermelho deixar, ao menos, mais de uma centena de mortos segundo o governo do Estado Já segundo a Defensoria Pública, o saldo de fatalidades é de 132 pessoas. O presidente do Senado voltou a defender a união das instituições públicas contra as organizações criminosas.

ABORDAGEM

STF tem três votos para obrigar PM a informar suspeito sobre direito

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) registrou ontem três votos para determinar que a polícia deve informar sobre o direito ao silêncio durante abordagens de suspeitos.

O caso envolve o julgamento de um processo que vai decidir se o Estado deve advertir o suspeito ou preso em flagrante sobre o direito de não se incriminar.

O relator do caso, ministro Edson Fachin (foto), e os ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin, votaram a favor da tese.

Fachin entendeu que o direi-

to constitucional ao silêncio deve ser estendido a abordagens policiais para evitar confissões informais obtidas por policiais.

“O direito ao silêncio consiste em uma garantia conferida ao indivíduo de se negar a responder perguntas formuladas por agentes do Estado diante de uma suspeita existente contra si. Trata-se de um direito fundamental que visa a proteção da liberdade e da autodeterminação do indivíduo contra o Estado no exercício do poder de punir”, argumentou Fachin.

Pelo entendimento do relator, as confissões informais deverão ser anuladas se forem usa-

das pela Justiça para basear condenações.

“Este Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a Constituição assegura não apenas a garantia do direito ao silêncio, mas também o direito de ser informado sobre a possibilidade de permanecer calado. O descumprimento desse dever de informação por parte do Estado torna nula as declarações obtidas e as provas dela derivadas”, completou o ministro.

Após os votos proferidos, o ministro André Mendonça pediu vista do processo. A data para retomada do julgamento não foi definida.



ROSINEI COUTINHO/STF

DINHEIRO SUJO

Indústrias pedem taxação de bets para saúde e educação

LETYCIA BOND/ABRASIL

Um manifesto do Fórum Nacional da Indústria (FNI) pede que o governo crie um imposto para as chamadas bets como forma de equiparar a tributação entre apostas online e outros segmentos da economia. A reivindicação é de que se cobre, por meio do CIDE-Bets, 15% do valor apostado.

Coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o movimento argumenta que esse jogo de azar é a causa de problemas de saúde e pode consumir grande parte da renda de famílias, "que antes ia para a poupança, lazer e alimentação". Segundo o manifesto, os gastos das famílias com apostas reduzem o consumo em setores produtivos.

A proposta do setor produtivo é que os recursos dessa contribuição financiem iniciativas em saúde e educação. A regulamentação do setor de apostas foi oficializada em janeiro deste ano.

"O Brasil precisa de instrumentos mais efetivos para conter os impactos causados pelo crescimento excessivo das apostas. Assim como é urgente corrigir o tratamento desigual em relação ao setor produtivo - o verdadeiro responsável por criar empregos, impulsionar a renda, fomentar a inovação e sustentar a competitividade da economia", escrevem as organizações signatárias.

Entidades de diversos setores assinam o manifesto como a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), a Bioenergia Brasil e a Associação Brasileira das

Indústrias de Calçados (Abicalçados). Em outros trechos, fazem referência a diagnósticos já realizados sobre o setor de apostas.

Levantamento do Instituto Locomotiva, de meados de junho, mostrou que seis em cada dez apostadores usaram plataformas irregulares este ano.

A legislação vigente permite que apenas operadores licenciados atuem no país e prevê, entre outros respaldos, mecanismos de proteção ao apostador. A parcela de pessoas que admitiram ter feito apostas em bets irregulares este ano foi de 61% e a pesquisa evidenciou que as pessoas com renda mais baixa e menor escolaridade são mais suscetíveis a prejuízos, por desconhecer seus direitos nessas plataformas.

"Se aprovada este ano, a CIDE-Bets entraria em vigor em 2026, com potencial de reduzir em 22,5% os gastos efetivos com apostas virtuais e prover aos cofres públicos uma arrecadação adicional de R\$ 8,5 bilhões", estimam, segundo o documento.

No início do mês, a Câmara dos Deputados retirou de pauta a Medida Provisória 1.303, enviada pelo governo federal, que pretendia elevar tributos sobre investimentos financeiros, bets e fintechs e trazia medidas de corte de gastos para compensar a desidratação parcial do decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as medidas de revisão de gastos públicos previstas na MP serão incorporadas a um novo projeto de lei.

Caso Epstein

Rei Charles III retira título de príncipe de Andrew

O Príncipe Andrew vai perder o título de "príncipe" e todas as honrarias da monarquia britânica e terá de se mudar de sua residência oficial, anunciou oficialmente o Palácio de Buckingham, nesta quinta-feira.

"Essas censuras são consideradas necessárias, apesar de ele continuar negando as acusações", afirma o texto. Ele será chamado, a partir de então, de Andrew Mountbatten-Windsor, sem qualquer título ou honraria da monarquia britânica. O agora ex-príncipe de 65 anos era o oitavo na linha de sucessão ao trono do Reino Unido.

Ao sair da Royal Lodge, residência mantida pela realeza, Andrew deverá se mudar para uma propriedade privada, que, segundo a mídia local, será financiada com recursos privados do rei. As filhas de Andrew, as princesas Eugenie e Beatrice, manterão seus títulos, de acordo com a Carta Patente do Rei George 5º de 1917. Há duas semanas, Andrew já havia renunciado ao seu título de duque de York, de acordo com comunicado divulgado pelo Palácio de Buckingham. "Em discussão com o rei e minha família imediata e ampla, concluímos que as contínuas acusações contra mim desviam a atenção do trabalho de Sua Majestade e da Família Real", afirmou ele na nota, em referência ao suposto envolvimento com Epstein.

A relação de ambos foi denunciada por Virginia Giuffre, que acusou o então príncipe de tê-la abusado sexualmente

e contratado serviços da rede de exploração sexual do americano.

No comunicado desta quinta-feira, o Palácio de Buckingham ainda destaca que "seus pensamentos e sinceras condolências estiveram e continuarão estando com as vítimas e sobreviventes de todas as formas de abuso".

Giuffre se suicidou em abril deste ano, aos 41 anos. Ela entrou com um processo judicial contra Andrew em um tribunal de Nova York em 2021. A mulher o acusou de ter cometido abuso sexual em três ocasiões, quando ela tinha 17 anos. Os episódios teriam tido a ajuda de Epstein, com quem o então príncipe manteve relação próxima por anos.

Epstein se suicidou em uma prisão nos Estados Unidos em 2019 quando aguardava julgamento por acusações de tráfico sexual e conspiração criminosa para traficar menores para explorá-los. Sua companheira de longa data, Ghislaine Maxwell, foi posteriormente condenada pela Justiça dos EUA em cinco acusações, por recrutar jovens e ajudar o investidor a abusar dela. Os abusos contra Giuffre teriam ocorrido em propriedades de Epstein e de Maxwell.

Andrew chegou a pagar milhões a Giuffre para encerrar uma ação judicial que ela moveu contra ele. O príncipe afirma que nunca a conheceu e nega as acusações. Apesar disso, uma foto que circulou amplamente na imprensa mostra os dois juntos ao lado de Maxwell.

Guerra

Catar e EUA discutem situação em Gaza, estabilidade regional

PEDRO LIMA/AE

O Catar e os Estados Unidos discutiram nesta quinta-feira, a situação na Faixa de Gaza e a estabilidade regional, durante uma ligação telefônica entre o ministro das Relações Exteriores do Catar, Mohammed bin Abdulrahman Al Thani, e o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, informou o Ministério das Relações Exteriores catariano.

Segundo o comunicado, os dois ministros "revisaram as relações estratégicas e sólidas

entre o Catar e os Estados Unidos e as formas de fortalecê-las e desenvolvê-las".

Também trataram dos "desdobramentos na Faixa de Gaza e nos territórios palestinos ocupados, à luz do acordo de cessar-fogo em vigor no enclave", além de outros temas de interesse comum.

Al-Thani enfatizou "a necessidade de intensificar os esforços regionais e internacionais para garantir a plena implementação do acordo", de modo a promover "a paz e a estabilidade sustentáveis na região".

Controladores

Tráfego aéreo em Washington sofre paralisação temporária

PEDRO LIMA/AE

A Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos (FAA, na sigla em inglês) emitiu ontem, uma suspensão temporária de decolagens (ground stop) para o Aeroporto Nacional Ronald Reagan, em Washington (DCA), devido à escassez de controladores de tráfego aéreo. A medida suspende temporariamente as partidas com destino ao aeroporto, afetando voos de diversas regiões do país.

Segundo comunicado da FAA, os voos partindo de centros de controle como Atlanta, Nova York, Chicago e Houston estão sujeitos a atrasos médios

de 90 minutos.

O aviso, emitido por volta das 14h30 (de Brasília), indica que as restrições podem se estender até o início da madrugada de sexta-feira, dependendo das condições de pessoal.

Um aviso do Centro de Controle de Tráfego Aéreo (ATCSCC, na sigla em inglês) indica que a suspensão decorre de problemas de pessoal, e que a taxa de pousos e decolagens foi reduzida devido à falta de controladores. A probabilidade de extensão da medida é classificada como "média".

A FAA informou que todos os voos afetados receberão novos horários previstos de liberação para decolagem.

Corrida Armamentista

EUA: Trump anuncia nova rodada de testes nucleares

O presidente dos Estados Unidos Donald Trump **(foto)** deu sinais sugerindo que os Estados Unidos retomarão os testes de armas nucleares pela primeira vez em três décadas, afirmando que isso ocorreria em "bases de igualdade" com a Rússia e a China.

O Kremlin salientou que a proibição global de testes nucleares permanece em vigor, mas advertiu que, se algum país retomar os testes nucleares, a Rússia fará o mesmo.

Não havia indicação de que os EUA começariam a detonar ogivas nucleares, mas Trump deu poucos detalhes sobre o que parecia ser uma mudança significativa na política americana.

Ele fez o anúncio nas redes sociais minutos antes de se encontrar com o líder chinês Xi Jinping na quinta-feira, 30, na Coreia do Sul. Ele também não deu mais detalhes quando falou com repórteres mais tarde a bordo do Air Force One, durante o voo de volta para Washington.

As forças armadas dos EUA já testam regularmente seus mísseis capazes de transportar ogi-



vas nucleares, mas não detonam essas armas desde 1992.

O Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, assinado pelos EUA, mas não ratificado, tem sido respeitado desde sua adoção por todos os países que possuem armas nucleares, com exceção da Coreia do Norte.

Trump sugeriu, no entanto, que mudanças eram necessárias porque outros países esta-

vam testando armas. Os comentários não deixaram claro sobre qual país ele se referia, mas a declaração evocou a escalada da Guerra Fria.

"Devido aos programas de testes de outros países, instruí o Departamento de Guerra a iniciar os testes de nossas armas nucleares em igualdade de condições", disse o republicano em uma publicação em seu site Truth Social. "Esse processo co-

Comando Vermelho

Argentina e Paraguai reforçam fronteiras contra crime organizado

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Dias após as forças de segurança do estado do Rio de Janeiro deflagrarem a chamada Operação Contenção, contra o crime organizado nos complexos da Penha e do Alemão, na zona norte da capital fluminense, os governos da Argentina e do Paraguai decidiram reforçar o patrulhamento em suas fronteiras com o Brasil.

"Reforçamos (a segurança na) fronteira para proteger os argentinos diante de qualquer debandada (de criminosos) resultante dos confrontos no Rio de Janeiro", explicou a ministra da Segurança argentina, Patricia Bullrich, em uma postagem em suas redes sociais.

Ela publicou cópia do ofício que enviou à secretária de Segurança Nacional, Alejandra Monteoliva, determinando o aumento do efetivo das tropas federais

na fronteira com o Brasil como "uma medida preventiva".

No mesmo ofício, Patricia se refere aos integrantes da facção brasileira Comando Vermelho como narcoterroristas e orienta os oficiais responsáveis a contatarem as autoridades policiais brasileiras e paraguaias a fim de estabelecerem uma atuação conjunta.

Brasil, Argentina e Paraguai já contam com um acordo de cooperação policial na fronteira, em que foi instituído o Comando Tripartite da Tríplice Fronteira. Foi a partir de um alerta emitido pelo comando que o governo paraguaio decidiu adotar, na quarta-feira passada, medidas extraordinárias de vigilância.

Em um comunicado, o Conselho de Defesa Nacional (Codena) paraguaio afirma que o objetivo do reforço do efetivo fronteiriço e das medidas de controle migratório é impedir que inte-

grantes do Comando Vermelho que escaparam da ação policial nos complexos da Penha e do Alemão fujam para o país.

"Diante desta situação, desde as primeiras horas da última terça-feira, as instituições nacionais (paraguaias) de segurança competentes adotaram medidas extraordinárias de prevenção e vigilância em toda a fronteira", explica o Codena.

Operação Contenção

A Operação Contenção, realizada pelas polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro, deixou cerca de 120 pessoas mortas, sendo quatro policiais, de acordo com o último balanço.

O governo do estado considerou a operação "um sucesso" e afirmou que as pessoas mortas reagiram com violência à operação, e aqueles que se entregaram foram presos.

No total, foram feitas 113 pri-

meçará imediatamente."

O Kremlin adverte que a Rússia responderá na mesma moeda caso os testes nucleares sejam retomados.

Questionado sobre os comentários de Trump, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, reafirmou um alerta anterior do presidente russo, Vladimir Putin, que disse que Moscou retomaria os testes nucleares se outros países o fizessem primeiro.

"Se alguém abandonar a mortatória, a Rússia agirá de acordo", disse Peskov em uma teleconferência com jornalistas.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) alertou que os crescentes riscos nucleares - desde as usinas nucleares da Ucrânia devastadas pela guerra até as salvaguardas não resolvidas do Irã e os esforços renovados de inspeção na Síria - estão testando o regime global de não proliferação como nunca antes.

Na quarta-feira, Trump, afirmou que a Coreia do Sul construirá seu submarino de propulsão nuclear nos estaleiros da Fialadélfia

sões, sendo 33 de presos de outros estados. Foram recolhidas 118 armas e 1 tonelada de droga. O objetivo era conter o avanço da facção Comando Vermelho e cumprir 180 mandados de busca e apreensão e 100 de prisão, sendo 30 expedidos pela Justiça do Pará.

A operação contou com um efetivo de 2,5 mil policiais e é a maior e mais letal realizada no estado nos últimos 15 anos. Os confrontos e as ações de retaliação de criminosos geraram pânico em toda a cidade, com intenso tiroteio, fechando as principais vias, escolas, comércios e postos de saúde.

Moradores da região, familiares dos mortos e organizações denunciaram operação como uma "chacina". Cadáveres recolhidos pelos próprios moradores das matas que circundam a região foram encontrados degolados e com sinais de execução.

Melissa

Haiti, Jamaica e Cuba se recuperam após destruição causada por furacão

Pessoas em todo o norte do Caribe retiravam ontem, os destroços causados pela destruição do Furacão Melissa , enquanto o número de mortes provocadas pela tempestade catastrófica aumentava. Somente no Haiti, ao menos 25 pessoas morreram e outras 18 estão desaparecidas. Também há registro de mortes na Jamaica.

Na quarta-feira passada, a Organização das Nações Unidas (ONU) afirmou que devastação provocada pelo fenômeno atingiu 'níveis sem precedentes'. Espera-se que o Melissa passe a oeste das Bermudas no fim desta quinta-feira.

Impactos

O barulho de maquinaria pesada, o lamento das motosserras e o cortar de facões ecoavam pelo sudeste da Jamaica, enquanto trabalhadores do governo e moradores começavam a desobstruir estradas em uma tentativa de alcançar comunidades isoladas que sofreram um impacto

direto de uma das tempestades atlânticas mais poderosas já registradas.

Moradores atônitos vagavam, alguns observando suas casas sem telhado e pertences encharcados espalhados ao redor. "Eu não tenho mais uma casa", disse angustiado Sylvester Guthrie, morador de Lacovia, na paróquia sulista de St. Elizabeth, enquanto segurava sua bicicleta, a única posse de valor que restou após a tempestade.

"Eu tenho um terreno em outro local onde posso reconstruir, mas vou precisar de ajuda", implorou o trabalhador da área de saneamento.

Voos de ajuda emergencial começaram a pousar no principal aeroporto internacional da Jamaica, que reabriu na tarde de quarta-feira, enquanto equipes distribuíam água, comida e outros suprimentos básicos.

"A devastação é enorme", disse o Ministro dos Transportes da Jamaica, Daryl Vaz.

Alguns jamaicanos se per-

guntavam onde iriam morar. "Agora estou sem casa, mas tenho que ter esperança porque estou vivo", disse Sheryl Smith, que perdeu o telhado de sua casa.

As autoridades disseram que encontraram pelo menos quatro corpos no sudoeste da Jamaica.

O primeiro-ministro Andrew Holness disse que até 90% dos telhados na comunidade costeira sudoeste de Black River foram destruídos. "Black River é o que você descreveria como o marco zero", disse ele. "As pessoas ainda estão tentando assimilar a destruição."

Mais de 25 mil pessoas permaneciam aglomeradas em abrigos por todo o lado oeste da Jamaica, com 77% da ilha sem energia elétrica.

O Melissa, de categoria 5, atingiu o solo jamaicano na terça-feira, 28, como um dos furacões mais fortes já registrados no Atlântico, com ventos máximos de 295 km/h, antes de perder força e seguir para Cuba.

Morte e Inundações

Melissa também desencadeou inundações catastróficas no Haiti, onde pelo menos 25 pessoas morreram e outras 18 estão desaparecidas, na maioria na região sul do país.

Steven Guadard, que mora em Petit-Goâve, disse que Melissa matou toda a sua família. "Eu tinha quatro crianças em casa: um bebê de 1 mês, um de 7 anos, outro de 8 anos e mais um que estava prestes a completar 4 anos", disse ele.

A Agência de Proteção Civil do Haiti disse que o furacão Melissa matou pelo menos 20 pessoas em Petit-Goâve, incluindo 10 crianças. Também danificou mais de 160 casas e destruiu outras 80.

Oficiais alertaram que 152 pessoas com deficiência na região sul do Haiti precisavam de assistência alimentar emergencial. Mais de 11,6 mil pessoas permaneceram abrigadas no Haiti por causa da tempestade.